

DOM AFONSO NIEHUES: MEMÓRIAS DA REDE DE PROTEÇÃO AOS PERSEGUIDOS PELO REGIME MILITAR EM SANTA CATARINA

*DOM AFONSO NIEHUES: MEMOIRS FROM THE PROTECTION NETWORK OF
THE PERSECUTED BY THE MILITARY REGIME IN SANTA CATARINA*

Clarice Bianchezzi*
cbianchezzi@ahoo.com.br

RESUMO: Analisamos dois relatos de proteção e auxílio a perseguidos políticos: um religioso e um leigo - ambos com interferência direta de dom Afonso Niehues - então bispo arqui-diocesano de Florianópolis –SC. Os relatos nos descrevem um bispo de perfil divergente daqueles que comumente aparecem na memória oficial da Igreja local. A partir destas narrativas objetivamos analisar as memórias presentes na história dessa Igreja local. Buscamos também compreender como a memória proclamada pelos militantes de esquerda, contrários a ditadura militar, contribuiu para angariar apoio e auxílio junto a tal liderança religiosa. Se de um lado se descreve um bispo indignado com as perseguições político militares a ponto de usar a própria estrutura da Arquidiocese para abrigar e deslocar perseguidos políticos, há, por sua vez, outra memória que o descreve como um bispo tradicionalista, que confraterniza com políticos militares, e que tem uma postura austera e enquadrada nos padrões e normas da Igreja Católica sob sua tutela. Nos casos que nos propomos analisar, percebemos exemplos que abrigam segmentos distintos do universo católico: um religioso consagrado sob sua jurisdição religiosa e uma leiga militante social, ligada à Ação Popular, ambos prontamente atendidos por D. Afonso, quando perseguidos com suas vidas ameaçadas pelos militares.

PALAVRAS-CHAVE: construção de memórias; militante político-social; regime militar; Igreja católica.

ABSTRACT: Two reports of aid and protection to the politically persecuted were analyzed: one of religious origin and one layman – both of which were elaborated with the direct interference of Dom Afonso Niehues – bishop archdiocesan of Florianópolis-SC at the time. The reports describe a bishop whose profile is divergent from those that commonly appear in the history of this local Church. From these narratives we sought to analyze the memories present in the history of this local Church. We also sought to understand how the memories proclaimed by left-wing militants, against the military regime, contributed to gain support and aid alongside this religious leadership. If, on the one hand, a bishop repulsed by the political military persecution up to the point where he would use the own structure of the Archdiocese to protect the politically persecuted is described, there is, on the other hand, another memory which describes him as a traditionalist, affiliated with political militaries, which has an austere posture in accordance with the norms of the Catholic Church under his guard. In the cases analyzed, we perceived examples

* Mestre em Educação pela UFSC; Bacharel e Licenciada em História pela UFSC. Atua em projetos de Educação da Distância na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Artigo enviado em: 09/10/2012 e aceito em: 15/12/2012.

which shelter different segments of the catholic universe: one religious, consecrated under its religious jurisdiction, and one layman social militant, linked to the Ação Popular, both readily attended to by D. Afonso, when persecuted with their lives threatened by the military.

KEYWORDS: construction of memories; social-political militant; military regime; Catholic Church.

Introdução

O artigo que se apresenta busca estabelecer um diálogo com as narrativas em torno da atuação de militantes da Ação Popular - AP e Ação Católica – AC no estado de Santa Catarina- Brasil, dando especial destaque a uma rede de proteção a militantes perseguidos pelo regime civil-militar brasileiro.

Não diferente do que ocorria em outros locais do país, alguns segmentos da Igreja católica catarinense, despontavam como apoio e proteção a militantes perseguidos, com suas vidas ameaçadas por tal regime político.

No que se refere à Igreja católica de Florianópolis-SC um consenso de história oficial a destaca como apoiadora do regime militar, contudo a atuação do arcebispo dom Afonso Niehues merece um olhar mais atento, pois há testemunhos que o apontam como protetor de perseguidos políticos. Buscamos, assim, analisar alguns testemunhos e destaques da história da Igreja local percebendo as memórias que se forjam a respeito da atuação deste religioso e representante da Arquidiocese de Santa Catarina.

Dom Afonso, a arquidiocese de Florianópolis

Dom Afonso Niehues assume o Arcebispado de Florianópolis em 1967, permanecendo até o ano de 1991, em sucessão a dom Joaquim Domingues de Oliveira, que havia sido o primeiro arcebispo de Florianópolis. Assume com a missão colocar em prática os indicativos renovadores na Igreja catarinense a luz do Concílio Vaticano II.

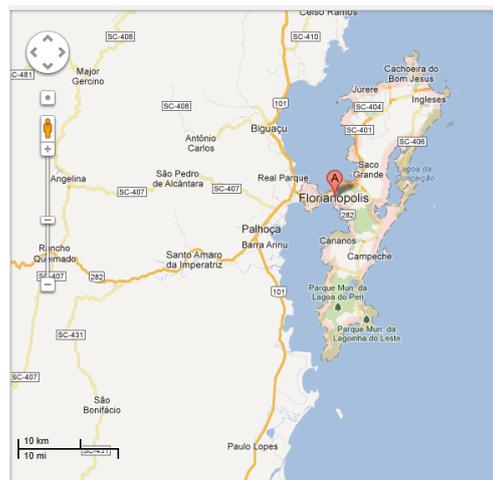
Talvez este tenha sido o principal desafio de dom Afonso de renovar a Igreja arquidiocesana, pois se afirmava que dom Joaquim já não tinha ânimo para tal intento, mesmo porque não concordava com esses princípios inovadores oriundos do Concílio. Um dos historiadores da Igreja arquidiocesana registra a respeito de dom Joaquim:

O Concílio: participou da primeira sessão de 1962. Não retornaria. Escandalizava-o a discussão. Achava até blasfêmia o questionamento de afirmações que ele aprendera e repetira, na prática eclesial, por cinquenta anos. (...) Dom Joaquim acha que pode continuar sozinho, pois a doença não o atinge. Assim não pensam a Santa Sé e o Clero, ansioso este por uma urgente renovação nos moldes pedidos pelo Concílio. Muita coisa tem que ser feita longe do Arcebispo. Experiências são realizadas a partir do Estreito, longe da Ilha onde habitava o Arcebispo, ilhado ele mesmo num mundo que não mais existia, num mundo novo que desconhecia. Era o mundo da JOC, da JEC, da JUC, da Ação Católica, que ele abominava na suspeita do comunismo infiltrando se por qualquer fresta que o Pastor, num momento de distração, pudesse deixar surgir. Presidir com solicitude já era estar atento para que nenhuma mudança acontecesse. (BESEN, 1983:58-59).

As experiências a qual cita o autor refere-se a intensa atuação das organizações e movimentos religiosos da Ação Católica, da Juventude Operária Católica - JOC, da Juventude Estudantil Católica - JEC, da Juventude Universitária Católica - JUC, que teve na paróquia do Estreito – bairro localizado na parte continental de Florianópolis/SC, forte atuação, além do apoio e envolvimento de religiosos que ali atuavam.



Fonte: <http://maps.google.com.br/maps> acesso em 24/09/2012.



Fonte: <http://maps.google.com.br/maps> acesso em 24/09/2012.

Com o entendimento que este bispo não poderia ficar sozinho na referida jurisdição arquidiocesana, chega dom Afonso, nesta perspectiva de que a Igreja precisava renovar:

A Santa Fé fez-se sensível à realidade e, em 14 agosto de 1965, o Papa Paulo VI transferiu Dom Afonso Nihues para Florianópolis, como Arcebispo Coadjutor com direito à sucessão, com o título de Arcebispo Titular de Aptuca, e Administrador Apostólico “*sede plena*”. Em outras palavras: Dom Joaquim permanecia Arcebispo, mas todo o governo passava às mãos do Arcebispo

Coadjutor. Não foi pequena a dor de Dom Joaquim, quando percebeu-se sem poder. Mas, em conversa com Dom Afonso, mais tarde, afirmou: “*Perdemos o poder, mas, ao menos ficamos com as honras do cargo*”. (BESEN, 1994:21. grifos no original).

Merece destaque a afirmação de Besen, de que tal nomeação foi aceita “com dor” por parte de dom Joaquim, vestígios históricos que sugerem a ideologia religiosa que era mantida nesta Igreja que estava sendo gerida por este bispo desde 1914, ainda vinculado ao projeto da romanização “tradicionalista” do início do século XX. Importante destacar estas características, pois estão diretamente atreladas ao imaginário de existência de grande número de comunistas nas organizações de juventude católica, algo muito presente na sociedade brasileira e que não era diferente em Florianópolis. Além do fato de que dom Joaquim mantinha-se arcebispo, mas quem detinha de ora em diante o poder de decisão era o Arcebispo coadjutor.

Afonso Niehues nasceu em São Ludgero/SC, em 23 de agosto de 1914, filho de uma família de agricultores. cursou Filosofia em Brusque/SC e Teologia em Roma onde foi ordenado sacerdote em 1938. Atuou como professor, vice-reitor e reitor no Seminário de Azambuja – Brusque/SC. Em 1959 é eleito bispo titular de Lages/SC e em 1965 é nomeado arcebispo coadjutor com direito a sucessão do Arcebispado de Florianópolis. (BESEN, 1983).

Neste cenário a arquidiocese tinha forte atuação de grupos militantes contrários a ditadura militar: da Ação Católica - Juventude Universitária Católica - JUC, Juventude Operária Católica -JOC. Alguns destes organizados dentro de colégio católicos, com foi o caso da JEC dentro do Colégio Coração de Jesus que teve a participação de sacerdotes e religiosas da Igreja católica de Florianópolis.

Ação Católica Brasileira - ACB foi organizada, oficialmente, a partir de 09 de junho de 1935, através do documento *Mandamentos dos Bispos do Brasil*, este e os estatutos que a regiam foram inspirados na Ação Católica italiana. A partir da segunda Semana Nacional da ACB, que aconteceu em Belo Horizonte no ano de 1937, houve reuniões por setores especializadas, com destaque: JOC, JEC e JOC. Nesse encontro passou a ser Assistente Nacional dessa organização Dom Hélder Câmara e o padre José Távora tornou-se responsável para transformar a ACB geral em Especializada. Em 1950, após a IV Semana Nacional da Ação Católica, a Comissão Episcopal estabeleceu o novo estatuto da Ação Católica, definindo a opção prioritária para uma ação especializada nos

diferentes meios: Juventude Operária Católica - JOC, Juventude Agrária Católica - JAC, Juventude Universitária Católica - JUC, Juventude Estudantil Católica - JEC e Juventude Independente Católica - JIC. (ARY, 2000; DUSSEL, 1989; SERBIN, 2008).

A Ação Católica foi capaz de impulsionar vários movimentos de juventude que envolviam jovens urbanos, organizados e mobilizados, de tal maneira, que suas reivindicações foram capazes de ultrapassar os interesses juvenis e alcançar as necessidades imediatas das famílias e comunidades de periferia de cidades brasileiras.

O grande atrativo da ACB estava em sua cultura eclesial ímpar, que associava a crença religiosa à vida cotidiana e à idéia de comunidade. O padre belga Joseph Cardijn, que fundara a JOC com o fito de recristianizar o operariado europeu, exortou os padres a mergulhar na realidade dos operários para aumentar o alcance pastoral. Ele estabeleceu os princípios e técnicas da ACB: presença no meio, equipes e o método ver-julgar-agir usado durante as reuniões para ajudar os militantes da ACB a fazer a revisão de vida sob a luz cristã. Outro elemento fundamental era a formação na ação. A revolucionária metodologia da ACB substituiu o método dedutivo escolástico e o autoritarismo eclesial por um método indutivo que questionava o dogma e a hierarquia. Além disso, forjou um maior senso de fraternidade. (SERBIN, 2008:160).

Esses elementos presentes na JOC tiveram expressiva notabilidade ao ajudar a definir a atuação da JUC que abarcava os jovens universitários. Pessoas que tinham contato com a teoria científica e que a associavam à prática reivindicativa nos diversos setores da sociedade brasileira.

Após o Golpe Civil-Militar²⁷ (1964) estes movimentos foram colocados na clandestinidade, não sem antes, a Igreja, através de sua base mais tradicional, ter extinguido a Ação Católica. Mesmo condenada a clandestinidade, as organizações que dela nasceram mantiveram a atuação, o que lhes rendeu, após o Golpe, serem consideradas inimigas do regime por questionarem a legalidade e as formas de que o governo se utilizara para chegar e manter-se no poder instituído.

²⁷Adotamos aqui a terminologia atualmente defendida por alguns historiadores, como Carlos Fico que afirma: “esses militares foram os sujeitos históricos que implementaram um regime político capaz de atender às necessidades de conhecida combinação de capitais, nacionais e internacionais, associados através de extratos específicos das respectivas burguesias. Também buscamos esclarecer as bases sociais do regime militar, análises historiográficas e jornalísticas contemporâneas têm caracterizado o golpe de 64 como “cívico-militar”, assim destacando, ao que parece, tanto o apoio inicial de expressivos setores de classe média urbana quanto a participação efetiva de lideranças civis que ajudaram na eclosão do movimento. É correta a lembrança. quanto mais não fosse, até mesmo para sempre recordarmos certo ranço autoritário que impregna nossa sociedade e, diga-se também, para não deixar apenas aos militares a “conta a ser paga”, já que muitas daquelas lideranças civis assumem, hoje, modos de democratas.” (In: FICO, 2001:20).

São oriundos destes grupos especializados, em Santa Catarina, os militantes que receberam proteção de dom Afonso quando perseguidos pelo regime.

A Ação Católica funcionou em todo o Estado. Era uma organização perfeita. Nós tínhamos as chamadas lideranças da Equipe Central que fazia reunião aqui e no Rio. Funcionava também à base de carta, telefone e a base de viagem. Tínhamos a equipe de Florianópolis chamada Equipe Arquidiocesana de JEC e a Equipe Diocesana de JUC. (OLIVEIRA, 2004 apud FURTADO, 2005:74).

Ao que sugere o testemunho coletado por Furtado, a organização de dois destes grupos especializados da AC, em Florianópolis, tinha uma estrutura articulada no estado e também na arquidiocese, o que nos sugere a dimensão que tal movimento tinha em Santa Catarina. Analisando esta fala, percebemos resquícios históricos de um envolvimento da Arquidiocese como instituição aglutinadora e articuladora desta organização, pois a nomenclatura citada do grupo que teve atuação em Florianópolis é apontado como “equipe arquidiocese da JEC” nos levando a questionar se havia, portanto, envolvimento direto da estrutura religiosa da arquidiocese na sustentação e, posteriormente quando estes grupos são condenados a clandestinidade, de proteção a estes jovens militantes?

Proteções e as memórias construídas

Os escritos oficiais da Igreja de Florianópolis reafirmam a ideia de que dom Afonso tenha sido um arcebispo de atuação comedida:

A serenidade e a sabedoria de Dom Afonso foram sempre muito apreciadas pelos Bispos de Santa Catarina. Uma presença silenciosa, estimulante e respeitosa. Sabia escutar e falar; mais escutar do que falar. Ninguém pode imaginar Dom Afonso participando de uma discussão acalorada, debatendo, intervindo. Não era de seu estilo pessoal o gosto pela controvérsia. Difícil, senão impossível, imaginá-lo discutindo ou falando em voz alta. Sua palavra vinha apenas quando os ânimos serenavam, ponderando, discernindo, apoiando. (BESEN, 1994:31).

Destacando, ainda, que tinha como meta contribuir para atualização da Igreja local a luz das discussões do Concílio Vaticano II, mas com moderação e responsabilidade. (BESEN, 1983; BESEN, 1994; VICENTE, 1990).

Contudo, há, pois, uma memória de ex militantes que evidencia um sacerdote com ações bem diferenciadas das apontadas pela memória registrada pela historiografia da Igreja local. Derlei de Luca é um desses exemplos que trazemos aqui para analisar. Trata-

se de uma leiga militante da Ação Popular²⁸ que atuou de forma intensa durante a Ditadura Militar, em Santa Catarina. Foi perseguida pelo regime militar que em algumas ocasiões a prendeu e a torturou. Após sua primeira prisão, passa a ser duramente perseguida, desta forma sua vida estava ameaçada. (FURTADO, 2005).

É também durante este período turbulento que dá a luz seu filho João Paulo em 11 de janeiro de 1972 na cidade de Londrina/PR, onde estava escondida. Em 18 de abril deste mesmo ano ela se separa do filho que é entregue a militantes e colaboradores da Ação Popular com a recomendação que chegasse a Florianópolis/SC onde seria entregue a sua irmã Dolores de Luca. Assim, além de sua vida, a vida da criança passa a merecer atenção maior da rede de proteção a perseguidos que havia se formado em Florianópolis. Além da religiosa Flávia Bruxel, diretora do Colégio Coração de Jesus, da Congregação das Irmãs da Divina Providência, também dom Afonso protegeu a vida de ambos, conforme relata padre Edgar:

Nessa mesma época, fazia parte da JUC a Derlei de Luca torturada em São Paulo. Foi asilada na casa de Dom Afonso. Ele de Florianópolis, mandou em asilo num carro da Arquidiocese para Antônio Carlos²⁹ e o padre Alfredo de lá - era conterrâneo de Dom Paulo Evaristo Arns - a São Paulo. Veio um carro de São Paulo buscar a Derlei de Luca e lá ela ficou exilada com Dom Evaristo até que conseguisse ir para o Chile. (OLIVEIRA, 2004:8).

Esta memória, de um dos colaboradores da AP, aponta dom Afonso como alguém que teve um papel relevante a proteção de militantes perseguidos pelo regime militar, também presente em uma publicação vinculada pelo jornal de circulação estadual de Santa Catarina – Diário Catarinense, no ano de 2005, que vinculou uma matéria onde reconstruía a rota em que o filho de Derlei seguiu até ser entregue a mãe em Santiago de Cuba em 18 de novembro de 1979.

²⁸ A Ação Popular foi fundada como organização democrática reformista, “composta fundamentalmente por estudantes e outros intelectuais, mas já contando em suas fileiras com operários e camponeses”. (LIMA; ARANTES, 1984:40). Na luta por uma organização política, a Ação Popular envolveu outras camadas sociais. Participou de várias manifestações como greves operárias, invasões de terras, luta dos favelados e também de vários programas como o Movimento de Educação e Base - MEB que havia sido fundado em 1949 foi organizado por dom Eugênio Sales, bispo de Natal-RN, em uma experiência limitada e direcionada de educação pela rádio –Serviço de Assistência Rural - SAR. Em 1961 com um projeto visando atender o campesinato de todo o Nordeste brasileiro, a Igreja Católica na pessoa de dom José Távora em parceria com o governo brasileiro, inicia uma rede de escolas-rádio, intitulado Movimento de Educação de Base - MEB, que desde o início contou com a forte presença e atuação de militantes oriundos da Ação Católica. (Conf. ALVES, 1979; MAINWARING, 2004; SERBIN, 2001).

²⁹ Município distante de Florianópolis aproximadamente 36 km.

Desta forma, padre Evaristo Debiasi, que durante esses anos do regime militar, foi reitor do Seminário das Dioceses Catarinenses – Paulinum, em Curitiba-PR, destaca que:

Em Santa Catarina, os religiosos também foram preciosos. Então arcebispo de Florianópolis, dom Afonso Niehues teve papel ativo na proteção de Derlei de Luca e de seu filho, no período em que os dois estiveram escondidos na Capital. Foi ele quem garantiu que nada aconteceria a José Paulo durante o período em que o menino ficou com a avó, Maria Rizzieri de Luca, em Içara³⁰. (ESPÍNDOLA; MULLER, 2005:7).

Esses relatos reforçam que dom Afonso esteve muito presente na proteção de pessoas ameaçadas pelo regime. A memória em torno do que se passa com Derlei de Luca, apontam vestígios de um religioso que valeu-se do seu cargo ocupado na alta hierarquia da Igreja para defender a vida das pessoas que a ele buscaram.

Quando de uma entrevista com Derlei de Luca, que teve como intenção compreender a dinâmica da Ação Popular em Santa Catarina, durante seu relato ela fala da ajuda recebida de dom Afonso:

Marivone: Porque se fala tão pouco na Ação Popular em Santa Catarina e principalmente em Florianópolis?

Derlei: Veja bem, Florianópolis não caiu...quem dava muita ajuda para nós era o Dom Afonso, o Dom Vito Schlickmann³¹.

Marivone: Mas dom Afonso não era conservador?

Derlei: Sim. Ele ia jogar com as madames, conversava muito com o comandante do exército. Mas numa guerra, tu precisas das pessoas de todos os lados. Precisa do cara que fala com o comandante e que depois te dê as informações, entende? Numa guerra tu não podes ter só o cara que está lá combatendo. O cara que faz o serviço secreto é talvez o mais importante do que o “praça” na frente de batalha. Dom Vitor ajudava direto, o pessoal e dom Afonso passava todas as informações necessárias. Como é que ele podia se queimar? Não podia. (LUCA, 2005:2).

Neste relato a militante da AP aponta vários elementos que merecem atenção. O primeiro deles talvez seja o indício da existência de uma rede de proteção a perseguidos pelo regime militar, criada dentro da estrutura da Igreja arquidiocesana. Na sede da Arquidiocese temos a presença de dom Afonso, representante máximo da hierarquia da Igreja catarinense, sendo apoio e articulando deslocamentos e abrigo a quem o procurasse.

³⁰ Município que se localiza ao sul do estado distante de Florianópolis, aproximadamente, 188 km, onde residia a família de Derlei de Luca.

³¹ Durante o período que Derlei esta ser referindo, padre Vito não era ainda bispo, ele atuava como reitor no Seminário Menor Metropolitano de Azambuja – Brusque-SC, onde atuou de 1970 a 1983. Como a entrevista aconteceu em 2005, este já era bispo, por isso ela se refere a ele como dom Vito, pois o mesmo foi sagrado bispo no ano de 1995.

No Seminário Menor em Brusque/SC padre Vito que abrigava e também se valia do status religioso para não levantar suspeitas do regime. E finalizando a rede, o Seminário das dioceses catarinense em Curitiba/PR, que com a presença de padre Evaristo como reitor, também abrigou perseguidos:

Evaristo Debiasi, é uma prova viva de que um esquema de proteção à vida funcionou. Pelo menos 25 pessoas ficaram sob seus cuidados e dos seus seminaristas. (...) lembra dos riscos que ele e seus seminaristas corria. O seminário foi revistado algumas vezes pela polícia (...). Ele rememora que:
- Só depois fui saber que estava tão vigiado, ao ver que tive uma detalhada ficha no DOPS. (ESPÍNDOLA; MULLER, 2005:7).

Ao indicar que pelo menos 25 pessoas foram abrigadas no Seminário em Curitiba/PR, temos vestígios, pelo exposto acima, que havia uma forte e bem articulada rede de proteção que a Igreja de Santa Catarina manteve em estruturas diretamente vinculadas à arquidiocese, ou seja, ligadas diretamente a dom Afonso.

O segundo elemento que aparece na entrevista da militante Derlei, refere-se à articulação de dom Afonso na sociedade de Florianópolis, e vale frisar, capital do estado catarinense, afinal as informações do estado eram facilitadas e passavam por este círculo social do qual dom Afonso frequentava. Espaço que lhe fornecia os dados que eram repassados a AP. Das informações que vinham via dom Afonso, “as necessárias” como destaca Derlei, nos apontam indícios de que esse também filtrava muitas das informações que recebiam, contudo podemos destacar que entre as que estavam sendo repassadas estivessem mais voltadas a proteção de vidas, de pessoas perseguidas pelo regime.

A entrevistadora questiona se este arcebispo era conservador e a entrevistada responde afirmativamente, mas ressaltamos que ela descreve uma prática deste sacerdote a frente a Arquidiocese, que é contrária a definição de conservador que confirmara ao ser perguntada, principalmente, quando o aponta como alguém que repassava “todas as informações necessárias”.

O padre Evaristo era o “porto seguro” onde a gente batia na hora do desespero. Ele arrumava desde o lugar para dormir, até o ombro para chorar. Era aquele que sabia tudo que a gente sabia; dava guarida. Tanto o padre Edgar, quanto a irmã Flávia, padre Sérgio Maykot, padre Vertulino, foram fantásticos. (LUCA, 2005:2).

A militante aponta no primeiro trecho do relato que se em Florianópolis a AP não foi desarticulada, “não caiu” tenha sido, também, pela contribuição recebida de dom

Afonso e de padre Vito. Remetendo-nos a rede de proteção articulada, e agora no relato acima, ela aponta nomes de outros sacerdotes e religiosas, que foram “porto seguro” como ela mesma destaca. Considerando isso exposto, se não temos resquícios históricos que afirmem de forma contundente que tal rede de proteção à vida tenha sido articulada pelas mãos de dom Afonso, porém a partir dos testemunhos, pode-se destacar que tal rede era de seu conhecimento e tinha sua aprovação.

Padre Edgar atuava no ano de 1968, com os pescadores do estado, no Serviço de Extensão Pesqueira em Santa Catarina - SEPESC, que tinha como principal objetivo manter os pescadores em seus locais tradicionalmente ocupados (FURTADO, 2005), pois com o processo de urbanização havia um grande afastamento destes com promessas que teriam vida melhor em outros locais, mas ao afastar de suas antigas moradias também os afastada do espaço de trabalho, daquilo que era seu tradicional meio de seu sustento.

Este trabalho de conscientização e incentivo aos pescadores à manter a pesca artesanal e buscar seus direitos de trabalhadores, não foi muito bem aceito pelas forças policiais no estado, padre Edgar relembra que “mas isso ‘cheirava mal’ para o Coronel V. Lima que era da extrema direita e me perseguiu” (OLIVEIRA, 2004 apud FURTADO, 2005). A percepção de que tal trabalho tinha conotação e articulação comunista causou problemas que ele aponta em outro trecho da entrevista:

Eu estava fazendo a aula, a palestra no Centro de Treinamento na Trindade quando bateram na porta, eu abri e me disseram: “padre Edgar, entrou areia! Pode me acompanhar?” Fomos até o Edifício Francisco da Linha e lá tinha uma denúncia contra o nosso serviço como de esquerda, comunista. Acusado de receber dinheiro e o senhor está sendo acusado de comunista. Eu respondi: vocês pediram ao Dom Afonso para me liberar para trabalhar com vocês. Vamos até Dom Afonso. Fomos até ele e ficou vermelho e falou: “Eu já pedi para esse general me fazer um documento por escrito dizendo o que ele tem contra o Edgar!”. Aí Dom Afonso me mandou para fora do Brasil, mas não tinha vaga no Instituto do Chile. Fui fazer um curso no Instituto IBRA, filial no Brasil. (OLIVEIRA, 2004:8).

Ao rememorar o trabalho desenvolvido junto aos pescadores, este sacerdote destaca que seu trabalho causou “incomodo” e que foi levado para prestar esclarecimentos juntos ao sistema de segurança. Ao lembrar que tinha aprovação de dom Afonso, conseguiu não sofrer diretamente a prisão. No seu relato encontram-se vestígios de que o arcebispo estava ciente da perseguição que se tramava contra a atuação com os pescadores

desenvolvida por padre Edgar, ao afirmar que já havia solicitado esclarecimentos por escrito do que implicava o trabalho deste padre, as autoridades policiais.

Ainda neste relato novamente se evidencia que dom Afonso atua em defesa da vida. Este sacerdote estava sofrendo perseguições por seu trabalho junto aos pescadores e sua vida estava ameaçada. Contudo, há indícios que o ligavam as militâncias contrárias ao regime militar, Derlei destaca que “assim como o [padre] Edgar, a [irmã] Flávia, eles nunca assumiram a militância em si, mas continuaram ajudando. Eles eram conexões.” (LUCA, 2005:2). Está ligação com os militantes aponta novos indícios que podem ter contribuído na perseguição que o sistema de segurança empreendia contra ele, que possivelmente estava vinculada também a sua atuação, antecedente ao trabalho com os pescadores, que ele próprio relembra “em 61 assumi a JEC que funcionava no Colégio Coração de Jesus e com alguns integrantes no Instituto Estadual de Educação. Um colégio da Igreja e um colégio do Estado.” (OLIVEIRA, 2004:3).

Padre Edgar relembra que “dom Afonso dizia: eles têm medo do senhor padre Edgar, porque o senhor eles não sabem onde pegar”. (OLIVEIRA, 2004:12). Corroborando com o que apontava Derlei que este padre não havia assumido a militância na AP, mas sua ação estava vinculada diretamente a militância pela rede de proteção que compunha e, não é de estranhar, que o Departamento de Ordem Política e Social - DOPS tivesse conhecimento disso, o que pode justificar a insistente perseguição ao seu trabalho com os pescadores para enquadrá-lo como comunista e prendê-lo para esclarecimentos que, sabemos bem como eram feitos tais interrogatórios, nos chamados “porões do regime”.

Considerações finais

Os perseguidos pelo regime militar em Santa Catarina apontam o arcebispo dom Afonso Niehues, como fundamental na defesa de muitas vidas ameaçadas pelo sistema de segurança. Destacam-no como uma pessoa que agiu diretamente na rede de proteção, como foi o caso de Derlei de Luca que foi deslocada da capital no carro oficial da mitra arquiocesana.

Também é importante ressaltar que este mesmo arcebispo compunha uma rede de comunicação direta com os integrantes da Ação Popular em Santa Catarina, ao mesmo tempo, que cultivava uma boa relação com a sociedade tradicional da capital catarinense

onde residia e atuava. De forma tão bem articulada, que era visto pela sociedade, como um bispo comedido e sereno, o que contribuía para não levantar suspeitas de proximidade com os militantes contrários aos desmandos do regime político vigente no país.

O autor Alceu Kaspari (2002) afirma que, em Santa Catarina, governo militar teve o forte apoio da Igreja católica de linha conservadora. Segundo ele, a instituição ajudou a construir e elaborar o Golpe Militar, isto porque as autoridades eclesiásticas, no Estado catarinense, foram as principais responsáveis pela formação do imaginário da ameaça comunista. Dom Joaquim Domingues foi um destes bispos que haviam apoiado golpe militar no ano 1964. Os militantes que dom Afonso protegeu faziam parte deste grupo considerado comunista.

Destaca-se com isso que dom Afonso comandou uma Igreja fortemente elitista, formada, em Florianópolis, pela classe média alta muitas vezes herdeira e propagadora do imaginário da ameaça comunista. Possivelmente, muitas das ações pastorais que trouxeram para dentro da Arquidiocese os ares novos de Concílio Vaticano II e da Conferência Latinoamericana de Medellín teriam sido incipientes, não fosse a forma conciliadora com que comandou essa jurisdição religiosa, e ao mesmo tempo, articuladora, agindo de forma estratégica capaz de manter sob o mesmo cajado episcopal “conservadores” e “progressistas”, inclusive, agindo de forma mediadora.

Ainda nesta perspectiva Besen, registra a memória oficial da Igreja de Florianópolis que o descreve como: “Todos percebem nele a mente aberta para o diálogo, o respeito às opiniões e iniciativas alheias. Conduzido pelo espírito democrático respeita a autonomia pastoral, as novas frentes de trabalho, desde que assumidas com bom senso”. (BESEN, 1983:69).

É nesta mesma tendência que a atuação deste sacerdote é descrita quando a frente da Arquidiocese. Apoiando ações de renovação pastoral, mas muito mais focada em estruturas³², sem dizer como as ações pastorais de fato ocorreram. Talvez não seja tão

³² José Artulino Besen, enumera as estruturas feitas por dom Afonso: “Estruturou a pastoral para a aplicação da diretrizes do Concílio Vaticano II, criando o Secretariado Arquidiocesano de Pastoral para o planejamento pastoral; A criação do Regional Sul-IV da CNBB; Estimulou e liderou a criação do Instituto Teológico de Santa Catarina-ITESC, em Florianópolis; Abrigou o Seminário Filosófico Catarinense-SEFISC, no Seminário de Azambuja, para que fosse logo criado em âmbito catarinense; Presidiu a criação das dioceses de Rio do Sul, Caçador e Joaçaba; Multiplicou as paróquias antecipando-se ao crescimento populacional, especialmente na região do Itajaí; Modernizou as estruturas da Ação Social Arquidiocesana-ASA, com filiais nas paróquias; Restaurou e catalogou toda a documentação histórica (livros e documentos) da Igreja catarinense”. In: [http://arquifln.org.br/detalhe_00500.php?](http://arquifln.org.br/detalhe_00500.php?;); <http://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/dom-afonso-niehues/>.

por acaso a afirmação do autor acima que destaca o “espírito democrático” que respeitava “a autonomia pastoral, as novas frentes de trabalho, desde que assumidas com bom senso”, a pergunta que sobressai, neste caso é: mas de que bom senso é este ao qual se refere Besen?

Quando se refere a continuidade do trabalho deste na arquidiocese, afirma:

Possa o arcebispo continuar à frente de seu rebanho, dando-lhe sempre mais profundamente as respostas reclamadas pela angústia da vida moderna (...) possa ser nauta seguro quando a nau da História é ameaçada e sacudida continuamente pelos ventos do secularismo, das implicações, das impetuosidades ingênuas, das opções ideologias as mais contraditórias, e levá-las a porto seguro, para a glória do Cristo Senhor. (BESSEN, 1983:69).

O que seria a “ameaça das ideologias as mais contraditórias” as quais dom Afonso deveria enfrentar, segundo o autor aponta no trecho acima? São resquícios históricos que merecem uma pesquisa mais elaborada e mais demorada nos arquivos da própria arquidiocese de Florianópolis. Algo que ainda é um desafio, porque tais arquivos não estão autorizados para pesquisa externa, sob a alegação que precisam ser organizados para tal intuito.

Dom Afonso não é identificado com um ou vários movimentos de militância católica, pelo contrário, é visto como mediador e com a função de atualizar a Igreja arquidiocesana, o que, necessariamente, não quer dizer que fosse ele “progressista” ou “conservador”, pois, conforme destaca o autor Paulo César Gomes Bezerra:

É bastante questionável classificar os bispos entre progressistas e conservadores. Se a ideia de um episcopado progressista surgiu com as novas perspectivas da Igreja com relação às questões sociais, que começaram a surgir ainda no século XIX, com a encíclica *Rerum Novarum*, e tiveram sua grande síntese no Concílio Vaticano II, não se pode esquecer que nem todos os bispos absorveram essas diretrizes da mesma maneira nas suas relações com os problemas da sociedade. Eles nunca tiveram um discurso unívoco sobre a defesa dos ideais democráticos e a proteção dos direitos dos mais pobres. No Brasil, a categoria “bispo progressista” ficou muito fortalecida no processo de redemocratização, quando, ao se construir a memória do período da ditadura, consolidou-se uma narrativa heroizante sobre a CNBB e outras entidades. (BEZERRA, 2010:159).

Com isso reforçamos que a atuação de dom Afonso, na proteção a perseguidor do regime militar, é silenciada no escritos oficiais da Igreja arquidiocesana, o que não quer dizer que não houve tal atuação. Afinal as memórias dos militantes e de sacerdotes que compunham uma rede de proteção apontem tal atuação do arcebispo, contudo tentar

enquadra-lo na categoria de “progressista” ou “conservador” seria prematuro, além de ser questionável, conforme destaca Bezerra, principalmente pela forma com que este arcebispo compreendeu as diretrizes conciliares de renovação da Igreja e de atuação social. Talvez isso nos ajude a pensar porque os registros da história oficial da Igreja Arquidiocesana têm como foco a descrição das obras edificadas, organização dos conselhos pastorais na perspectiva da renovação sem entrar nas discussões de temas como questões sociais e perseguições do regime civil-militar.

Mesmo com limitações de acesso a documentos que ampliem esta pesquisa, ainda assim, pode-se concluir que tanto no caso da militante leiga quanto do colaborador sacerdote, nos apontam vestígios na atuação de dom Afonso como efetivo agente em favor da vida perseguida e ameaçada pelo regime civil-militar em Santa Catarina. Ao que nos sugere, o arcebispo se valeu de sua posição na hierarquia na Igreja, para, se não montar uma rede de proteção, ao menos não se opôr a tal rede que nos parece, era sim de seu conhecimento, pois acontecia dentro das principais casas ligadas, diretamente, a sua jurisdição religiosa: o Seminário Menor, o Seminário das Dioceses catarinenses. Além, do relato, que o próprio autorizou o uso do carro da arquidiocese para retirar Derlei de Florianópolis em segurança.

Destacamos que temos presente que as memórias aqui analisadas carregam o que Michael Pollak (1989) afirma de que “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.” (POLLAK, 1989:7). Que nos remetem ao que de mais significativo cada individuo tem de sua trajetória militante, assim como, do olhar que tem sobre o apoio recebido de dom Afonso. Não queremos com isso dizer que tais fatos ocorrem minuciosamente da forma relatada, mas dizer, que são elementos relevantes que nos despertam para uma história de atuação deste sacerdote que é pouco comentada na história oficial da Igreja de Santa Catarina, ou até mesmo, silenciada.

Essas memórias nos reportam a demanda de registrar, lembrar traços de uma trajetória de clandestinidade e de militância social, quando o Brasil passava por uma dura repressão civil militar. É também uma percepção da própria história contada por estes militantes e colaboradores da Ação Popular em Santa Catarina, onde está memória, como afirma Henry Rousso (2002) teria:

seu atributo mais imediato garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda a vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (ROUSSO, 2002:95).

Os detalhes que ficaram retidos, reelaborados e que foram narrados, rememorados podem, conforme aponta Rousso (2002), ser apontados como elementos de identidade, de percepção da sua história de juventude e militância, assim como, a percepção da história dos outros, seus atos e o impactos destes na vida das pessoas, por exemplo, que tiveram ajuda da rede de proteção a perseguidos pelo regime civil-militar que se consolidara na arquidiocese de Florianópolis/SC, e também com a colaboração de dom Afonso Niehues.

Referências bibliográficas

- ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ARY, Zaíra. *Masculino e Feminino no imaginário católico: Da Ação católica à Teologia da Libertação*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.
- BESEN, José Artulino. *A Arquidiocese de Florianópolis: dados históricos e guia arquidiocesano*. Florianópolis: Diocese de Florianópolis, 1983.
- _____. *2º Arcebispo - Dom Afonso Niehues (1967-1991)*. Disponível em: http://arquifln.org.br/detalhe_00500.php?cod_select=572&cod_002=2. Acesso em 23/09/2012.
- _____. *Dom Afonso Niehues: vida e palavra do pastor*. Florianópolis, 1994.
- _____. *Dom Afonso Niehues – Pai da Igreja em Santa Catarina*. Disponível em: <http://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/dom-afonso-niehues/>. Acesso em 23/09/2012.
- BEZERRA, Paulo César Gomes. *A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Dissertação, 2010 (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro.
- DUSSEL, Enrique. *História da Igreja Latino-Americana: 1930 a 1985*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 1989.
- ESPÍNDOLA, Marcos; MULLER, René. *Os Anos de Chumbo. Jornal Diário Catarinense*. Florianópolis. Edição de 27 de março 2005.

FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, Marivone Rosal. *Já não sonho, hoje faço, com meu braço o meu viver: Testemunhos da Ação Católica e Ação Popular em Florianópolis*. Trabalho de Conclusão de Curso, 2005 (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

KASPARY, Alceu. *O discurso Católico em Santa Catarina no Período de 1960/1964 e sua Relação com a Legitimação do Golpe de Estado*. Dissertação, 2002 (Mestrado em História.) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular da JUC ao PC do B*. São Paulo: Editora AlfaÔmega, 1984.

LUCA, Derlei de. *Depoimento* concedido a Marivone Rosal Furtado em maio de 2005, Criciúma/SC. Acervo Clarice Bianchezzi.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução Heloísa Braz de Oliveira Prieto. 1ª reimpressão da 1ª edição. Brasiliense, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, José Edgar (padre). *Depoimento* concedido a Marivone Rosal Furtado em outubro de 2004, São João Batista/SC. Acervo Clarice Bianchezzi.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2 n° 3, 1989.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta Moraes, e AMADO, Janaína. *Uso & Abusos da História Oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SERBIN, Kenneth p. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, torturas e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VICENTE, Vilmar Adelino. *Dom Afonso Niehues: pastor da vinha do Senhor*. Florianópolis: IOESC, 1990.

Lista de Siglas

AC- Ação Católica

ACB - Ação Católica Brasileira

AP - Ação Popular

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

JAC - Juventude Agrária Católica

JEC - Juventude Estudantil Católica

JIC - Juventude Independente Católica

JOC- Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

SEPESC - Serviço de Extensão Pesqueira em Santa Catarina